



MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

Conselho Nacional de Imigração

CNIg/VII/16/09/2008

A T A

1 Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões do
2 quarto andar do Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, localizado na
3 Esplanada dos Ministérios em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional
4 de Imigração para a realização da VII Reunião de 2008, sob a presidência do Senhor
5 Paulo Sérgio de Almeida, com a presença do Senhor Aldo Cândido, Coordenador do
6 CNIg, e dos seguintes Conselheiros: Adriana Giuntini (CNT); Christina Aires Corrêa
7 Lima (CNI); Elias Ferreira (Força Sindical); Haila Moreira Farinha Braga, (MTUR);
8 Jane Alcanfor de Pinho (MDIC); Lídia Miranda de Lima Amaral, (MCT); Lívia Lemes
9 de Alarcão, (CNA); Maria Auriana Pinto Diniz, (MEC); Marilena Moraes Barbosa
10 Funari, (CNF); Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto, (CNC); Maurício
11 Lucena do Val, (MDIC); Mitzi Gurgel Valente Costa, (MRE); Raimundo Nonato de
12 Araújo Costa, (MAPA); Rinaldo Gonçalves de Almeida, (MTE); Roque de Barros
13 Laraia, (SBPC); Vitor Luiz Silva Carvalho, (CUT). E os convidados, Riane Freitas Paz
14 Falcão (MJ); Orlando Fantazzini (IMDH); Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto (CNPD);
15 Ana Teresa Iamarino (SPM/PR); Gilmar Pereira de Souza, Paulino Lousada, Ricardo
16 Albuquerque Araújo, Eduardo Autran, Guilherme Romaneli Domingues, José Renato
17 Ferreira Almeida e R. F. Figueiró (Petrobrás); Marcus Vinicius de Carvalho Aires
18 (Transpetro); e Leopoldino Martins (FUP). **1. Abertura.** O presidente Paulo Sérgio de
19 Almeida deu início à reunião e, depois de verificar a existência de quorum,
20 cumprimentou a todos. Introdutoriamente, fez dois breves **Informes da Presidência:** 1-
21 Agradeceu a presença dos representantes da Petrobrás, do setor de Petróleo, do
22 Sindicato dos Marítimos, da Federação Única dos Petroleiros e do representante do
23 Prominp - Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo, que falariam sobre as
24 medidas que vêm sendo tomadas pelo setor do petróleo, no sentido da formação e
25 qualificação de mão-de-obra, em razão do crescimento do setor com as recentes
26 descobertas que a Petrobrás e outras empresas vêm divulgando e explicou o interesse
27 especial do CNIg pelo fato de que o setor é responsável por cerca de vinte e cinco por
28 cento de todas as autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros. 2- Relatou que o
29 Seminário realizado em agosto, em Itapeceira da Serra-SP, denominado “Diálogo

30 *Tripartite Sobre Políticas Públicas de Migração para o Trabalho*”, que buscou debater
31 sobre o ingresso e as condições de trabalho dos migrantes em nosso País, considerando
32 as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho formal e o respeito aos direitos
33 trabalhistas, com garantias e proteção idênticas aos trabalhadores brasileiros no Brasil.
34 Mencionou que os países desenvolvidos da União Européia mantêm políticas que
35 penalizam e excluem os migrantes de suas vidas nacionais, com medidas duras de
36 deportação, exclusão, fechamento de fronteiras e inclusive criminalizando os migrantes,
37 como é o caso da Diretiva do Retorno da União Européia, que pune com detenção de até
38 dezoito meses, homens, mulheres e crianças, constituindo um tremendo retrocesso na
39 tradição de promoção dos Direitos Humanos no Continente Europeu. **2. Aprovação da**
40 **agenda.** Dando prosseguimento à pauta, apresentaram-se modificações na pauta
41 original, aprovando-se a seguinte Agenda Provisória: 1- Abertura; 2- Aprovação da
42 agenda provisória; 3- Aprovação da Ata da reunião número 06/2008; 4- Debates sobre
43 os programas de qualificação e inserção de mão-de-obra no setor de produção e
44 exploração de petróleo no mar; 5- Relato sobre o Seminário “*Diálogo Tripartite Sobre*
45 *Políticas Públicas de Migração para o Trabalho*”. 6- Apresentação do relatório do
46 Grupo de Trabalho que analisa a Resolução Normativa 59, que trata da “concessão de
47 visto a tripulante na embarcação de pesca estrangeira arrendada a empresa brasileira”;
48 7- Proposta da criação de um Grupo de Trabalho para as Políticas de Migração Laboral;
49 8- Apresentação do relatório do Grupo de Trabalho que analisa recomendações em
50 relação aos estrangeiros que possam estar sendo submetidos a trabalho degradante ou
51 análogo à escravidão no Brasil; 9- Apresentação do Grupo de Trabalho que analisa a
52 Resolução Normativa 65, que trata da “concessão de visto a cientista, professor,
53 pesquisador ou profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar de
54 conferências, seminários, congressos ou reuniões”; 10- Assuntos diversos, incluindo a
55 solicitação do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, com o
56 requerimento da *Associação dos Empresários Chineses no Brasil e Brasileiros na*
57 *China*, sobre o projeto de imigração de dois mil pequenos empresários chineses, para
58 implementação de projeto de pólo comercial; e a solicitação feita pelo *Instituto*
59 *Brasileiro de Petróleo, Gás e Combustíveis*, de ajustes nas Resoluções Normativas 72 e
60 74, em relação a profissionais estrangeiros. 12. Processos a serem relatados. Foi
61 aprovada a agenda provisória e o Presidente Paulo Sérgio efetuou outros **Informes da**
62 **Presidência:** 3 - **Fórum Social Mundial das Migrações.** Informou sobre a sua
63 participação no *Fórum Social Mundial das Migrações*, reunido de 10 a 14 de setembro
64 de 2008, em Rivasvaciamadrid, Espanha. Explicou que foi um Fórum de autoridades
65 migratórias, onde expuseram como a questão migratória vem sendo tratada na Espanha
66 e em outros países. Foram convidados autoridades locais, vários prefeitos da Espanha, o
67 Presidente do CNIg e a Ministra da Secretaria Nacional do Migrante do Equador, que
68 expuseram sua experiência, em termos de políticas migratórias. Informou que teve
69 acesso a dois documentos de extrema importância: primeiro, um resumo sobre a política
70 migratória do Equador, que criou recentemente uma *Secretaria Nacional do Migrante*,
71 com status de Ministério. Destacou a política de criar centros para os equatorianos no
72 Exterior. Informou que, dois dias antes, inauguraram o *Centro do Migrante*
73 *Equatoriano* na cidade de Madrid, cujo objetivo é idêntico ao da Casa do Trabalhador
74 Brasileiro: prestar informações e orientações, e auxiliar na superação de problemas de
75 natureza trabalhista, de acesso aos direitos legais e de cumprimento dos deveres,
76 enquanto trabalhador migrante, nos países de recepção. O Equador tem projeto de criar
77 centros em vários outros países; segundo, a iniciativa de criar o *Passaporte Universal*,
78 folheto que visa divulgar a necessidade de uma maior circulação de trabalhadores no
79 mundo. O Equador tem cerca de dois milhões de emigrantes, sendo que 800.000 estão

80 na Espanha. Portanto, eles têm procurado, nos Fóruns em que participam, pleitear a
81 possibilidade de uma maior circulação desses trabalhadores. 4 - **Solicitação da**
82 **ABREMAR**, representando as empresas que atuam com cruzeiros marítimos, na qual
83 pleitea um tratamento especial aos navios de cruzeiro que vêm passar menos de trinta
84 dias no litoral brasileiro. Explicou quer as embarcações de turismo, cujos países não
85 ratificaram a Convenção 108 da OIT, mesmo que passem 10, 12 ou 15 dias no Brasil,
86 estão sendo solicitadas pela Polícia Federal a retirar o Visto de Trabalho para toda a sua
87 tripulação. Resolveu-se agendar esse assunto na pauta da próxima reunião. 5-
88 **Apresentação de novos Conselheiros:** O Senhor Presidente apresentou os novos
89 Conselheiros Carlos Alberto Pio, representante titular da Social Democracia Sindical,
90 em substituição ao Conselheiro Miguel Salaberry Filho, e Tatiana Cardoso, suplente da
91 Confederação Nacional dos Transportes, em substituição à Conselheira Ariene Amaral.
92 **3. Aprovação da ata da reunião anterior.** O presidente Paulo Sérgio apresentou a Ata
93 da VI Reunião do CNIg, que foi aprovada com alteração na fala do Conselheiro
94 Mauricio Doval. **4- Programas de qualificação e inserção de mão-de-obra no setor**
95 **de produção e exploração de petróleo no mar.** O presidente Paulo Sérgio informou
96 que seriam feitas quatro apresentações, e convidou o Sr. Gilmar Pereira de Souza,
97 representante da Petrobrás, para apresentar o primeiro orador, Sr. Marcus Vinicius de
98 Carvalho Aires, representante da Transpetro. O Sr. Gilmar saudou o Conselho, e
99 destacou o bom acompanhamento dado ao trâmite das Resoluções Normativas 72 e 79.
100 Ele apresentou os seus companheiros que trabalham na Petrobrás: 1- O Engenheiro
101 Ricardo Albuquerque, Gerente Geral da área do E&P na Bacia de Campos; 2- O Dr.
102 Eduardo Autran, da área do abastecimento e transportes; 3- O Sr. Marcus Vinicius de
103 Carvalho Aires, Gerente Executivo de Recursos Humanos da Transpetro; 4- O
104 Engenheiro José Renato Almeida, Coordenador Executivo do Prominp, Programa de
105 Mobilização da Indústria de Petróleo; 5- O Dr. Ricardo Romanelli, da equipe da
106 Coordenação de Jequitibá. 6- O Sr. R. F. Figueiró, Gerente de Transportes; 7- O Sr.
107 Paulino Lousada, Gerente Setorial de Transportes da Bacia de Campos. Saudou ainda o
108 Sr. Leopoldino Martins, da Federação Única do Petróleo e o Sr. Severino Almeida, da
109 Confederação dos Marítimos. O Senhor Presidente anunciou a presença do Secretário de
110 Políticas Públicas de Emprego, Dr. Ezequiel, responsável pela parte de qualificação
111 profissional e pelo Sistema Público de Emprego no Ministério do Trabalho e Emprego,
112 e o agradeceu por este estar acompanhando este debate. O Sr. Marcus Vinicius saudou o
113 Conselho e os participantes da reunião, e iniciou recordando que, há poucos anos, a
114 preocupação era que não havia postos de trabalho para os trabalhadores do mar. Hoje, o
115 desafio é acelerar o ritmo de formação de profissionais, para dar vazão ao grande
116 momento que a indústria naval está vivendo, do seu renascimento e crescimento no
117 Brasil. Jubilou-se porque a Transpetro e a Petrobrás estão trabalhando fortemente, no
118 Prominp, em parceria entre o Governo, as entidades sindicais e a Marinha do Brasil,
119 para ampliar e melhorar a capacidade de formação de novos profissionais. Passou a
120 fazer uma apresentação em Power Point, onde destacou a atuação da Transpetro, da
121 Indústria Naval e do Promef - *Programa Marítimo de Organização e Expansão da*
122 *Frota*. Apresentou a seguir a fotografia da Transpetro, informando: 1- que ela é
123 subsidiária integral da Petrobrás; 2- que ela tem, hoje, 45 terminais, sendo 24
124 aquaviários e 21 terrestres; 3- que ela tem 54 navios, a maior frota de navios de
125 combustíveis líquidos de Petróleo da América Latina; 4- que ela administra 11.000 km
126 de dutos espalhados pela costa brasileira; 5- que ela movimenta 2,9 milhões de
127 toneladas por mês, usando a média de 413 navios por mês; 6- que ela atua em três áreas
128 de negócios: terminais de oleodutos, transportes marítimos, que é a cabotagem, o foco
129 principal; e Gás Natural, o GLP; 7- que o Centro de Controle Operacional está situado

130 na sede da Transpetro, na Esquina da Avenida Rio Branco com a Avenida Presidente
131 Vargas, no Rio de Janeiro, onde são operados os dutos, via satélite ou fibra ótica, sendo
132 o sistema mais moderno no mundo, em termos de operação de oleodutos. 8- que o
133 Mercado Mundial de Navios de Cabotagem tem atualmente 9.360 navios na carteira dos
134 estaleiros; 9- que os maiores fabricantes do mundo detêm 88% da produção mundial;
135 10- que o Brasil já foi o segundo maior fabricante de navios, mas hoje ocupa a décima
136 posição. Em pouco tempo, retornará à posição de destaque, e para isso está sendo feito
137 um forte investimento em tecnologia, em recursos humanos, em organização global, em
138 processo de produção e gerenciamento, em busca de sinergia da coordenação de cadeias
139 produtivas, na busca pela competitividade; 11- que, para isso, pesquisou a arte da
140 construção naval na atualidade, a fim de que o Brasil atinja o padrão de excelência
141 mundial, em termos de produtividade e de competitividade; 12- que a meta dos
142 fabricantes da construção naval no Brasil é atingir 65% de nacionalização, para alcançar
143 preço e qualidade internacionalmente competitivos; 13- que o Promef, na fase I, já
144 começou a fabricar o primeiro navio em Pernambuco; 14- que está prevista a construção
145 de 26 navios, entre eles, um Suezmax, cinco Aframax, quatro Panamax, quatro navios
146 de produtos e três navios de transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP); 14- que, na
147 segunda fase do Promef, com a primeira licitação em outubro, serão construídos 23
148 navios, sendo quatro Suezmax de posicionamento dinâmico, três Aframax, oito navios
149 de produtos, cinco de GLP e três de Abastecimento; 15- que, nas duas fases do Promef,
150 serão fabricados 49 navios. Hoje, a frota da Transpetro tem 54 navios. Portanto vai
151 praticamente dobrar a sua frota; 16- que, evidentemente, alguns navios sairão de
152 atividade, mas o objetivo é a Transpetro crescer mais, porque no passado já transportou
153 cerca de 40% da carga da Petrobrás, e hoje transporta cerca de 16%, sendo o restante
154 transportado em navios fretados no Exterior, provocando grande evasão de divisas; 16-
155 que a reativação do setor da construção naval de cabotagem vai gerar 5.000 empregos
156 diretos, 100.000 empregos indiretos, o desenvolvimento de diversos setores industriais,
157 o aumento expressivo do Imposto sobre a Renda, o impacto positivo sobre a Balança de
158 Pagamentos, e um maior poder de competição nas exportações brasileiras; 17- que 23
159 navios serão construídos entre 2010 e 2013, assim distribuídos: em abril de 2010, será
160 entregue o primeiro Aframax. Em julho, mais dois. Em setembro, dois navios de
161 produtos e um GLP, e assim sucessivamente, com a contratação de 74 novos Oficiais de
162 Marinha em 2010, chegando a 700 novos Oficiais em 2013; 18- que, para atender a
163 formação de tantos novos oficiais, a Marinha do Brasil está se preparando, e conta com
164 dois Centros de Formação: o Ciaga, no Rio de Janeiro, e o Ciaba, em Belém. Destacou e
165 elogiou a parceria da Transpetro com a Marinha do Brasil, no processo de ampliação da
166 capacidade de formação dos Oficiais de Marinha. A seguir falou o Sr. Ricardo
167 Albuquerque. Ele saudou o Conselho e iniciou a sua apresentação lembrando que a
168 Transpetro é uma empresa 100% do Sistema Petrobrás, e que a área em que trabalha é a
169 de exploração e produção, responsável por encontrar petróleo, e de fazer a exploração e
170 a exportação do petróleo e do gás, até entregar para o abastecimento. Passou a informar:
171 1- que a Petrobrás tem hoje cerca de cem plataformas na costa brasileira, e mais uns 50
172 ou 60 pontos de atendimento, *off-shore*; 2- que essas unidades marítimas precisam ser
173 assistidas, com relação a pessoal, a equipamento, a fluídos especiais de operação e
174 perfuração; 3- que é necessária uma logística para suprir essas plataformas e navios, de
175 pessoal, de material e de equipamentos necessários às operações de exploração e de
176 produção; 4- que a sua área é responsável por suprir essa logística, até mesmo com
177 helicópteros para o transporte de pessoal, que movimenta 65.000 trabalhadores por mês
178 entre as plataformas e a terra, assim como transporta material, equipamentos e fluidos;
179 5- que, para isso, conta com o apoio marítimo de diversos tipos de embarcação,

180 principalmente para o transporte de carga: navios com tanques, tanques para granéis,
181 para transporte de combustíveis, produtos agroindustriais, tonéis e gêneros alimentícios,
182 para alimentar os 10.000 trabalhadores embarcados. Os navios são adequados para o
183 transporte de cargas e tubos. Devem possuir suficiente capacidade de manobrabilidade
184 para encostar nas plataformas sem colidir, permitindo a transferência de equipamentos,
185 cargas e fluidos com segurança; 6- que a Petrobrás opera com 203 embarcações de
186 apoio marítimo *off-shore*, distribuídas da seguinte forma: 43 no Norte e Nordeste e 160
187 no Sul e Sudeste. Ao todo, são 5.228 tripulantes, dos quais 1.430, cerca de 30%, são
188 oficiais, e os outros são marítimos; 7- que, para explorar essas reservas, a Petrobrás está
189 correndo certo risco, mas não pode perder tempo. Assim, está fazendo uma série de
190 licitações, para prover os equipamentos de exploração necessários; 8- que, já anunciou a
191 construção de 10 FPSOs, que são plataformas de exploração especiais: duas com a
192 capacidade de cem mil, e oito em torno de cento e vinte mil barris de petróleo; 9- que,
193 para isso, está encomendando a construção de 146 novas embarcações de apoio
194 marítimo, no valor total de 5 bilhões de dólares; 10- que vai precisar de mais 4.380
195 tripulantes, dos quais cerca de 40% são oficiais, sem contar os que serão contratados
196 pela Transpetro; 11- que, hoje, independente do Pré-Sal, a Petrobrás vem crescendo de
197 7% a 8% ao ano. O Prominp vai ajudar a desenvolver os trabalhadores que irão operar
198 essas plataformas, e para isso também vai ter que contar com o apoio de outros
199 Organismos e Entidades; 12- que o desafio não é só para a área marítima, nem só para a
200 área *off-shore*. É um desafio para todas as áreas produtivas do Brasil. A apresentação
201 seguinte foi feita pelo Sr. R. F. Figueiró que iniciou a sua apresentação informando que
202 pertence à Área de Abastecimento, que controla as refinarias, a comercialização, a
203 petroquímica e a logística. Mais especificamente, informou estar inserido na área de
204 logística do transporte marítimo. A atribuição do seu setor é realizar o transporte
205 marítimo da Petrobrás, e atender a demanda, de modo a fazer três movimentos
206 principais de transporte: 1- escoamento da produção (*off-shore*), 2- suprimento de
207 matérias primas às refinarias (suprimento de petróleo), 3- escoamento da produção
208 dessas refinarias, com o conseqüente abastecimento dos clientes no mercado. Lembrou
209 que, em 2004, a Petrobrás utilizava uma frota média de 110 navios/dia, nesses
210 movimentos de transporte de cabotagem e de longo curso, especializados nos diversos
211 produtos, de granel ou de líquidos. Em 2005, essa média diária subiu para 116
212 navios/dia. Em agosto de 2008, ela passou para 168 navios/dia. A tendência é de
213 crescimento, porque a média de setembro foi de 190 navios. Para dar um exemplo,
214 informou que, no dia 05 de setembro de 2008, estavam sendo operados 194 navios
215 simultaneamente. Segundo ele, a Transpetro não acompanhou a demanda, operando
216 sempre com a sua capacidade máxima, em torno de 50 navios. Foi necessário contratar
217 navios de bandeiras estrangeiras, fretados por aluguel, ou até mesmo contratados no
218 mercado de *spot*. Os novos navios da Transpetro serão incorporados à medida que
219 ficarem prontos, pois já há demanda para eles. A Petrobrás está desenvolvendo um
220 outro programa de incentivo a navios de bandeira brasileira, com a construção de novos
221 navios, em parceria com as empresas brasileiras de navegação, além da Transpetro. A
222 idéia é fazer contratos longos, de quinze anos de prazo, com a condição de que os
223 navios sejam construídos no Brasil, com mão-de-obra 100% brasileira e bandeira
224 brasileira, com a sua incorporação prevista para até 2013. Os 52 navios da Transpetro
225 atenderam apenas 58% da demanda de transporte da cabotagem ocupada, no ano
226 passado. Outras empresas brasileiras, concentradas em um único segmento, são os
227 navios de *bunker*, para abastecimento a outros navios dentro dos portos, atenderam a
228 apenas 5% da demanda, por isso os navios estrangeiros ficaram com 37% do mercado.
229 Com a incorporação dos novos navios da Transpetro até 2013, espera-se que ela atenda

230 à demanda de 73%, e as outras empresas brasileiras de navegação fiquem com os 27%
231 restantes, zerando a presença de navios estrangeiros na cabotagem. Pela Resolução
232 Normativa 72, por exemplo, nesse cenário, ao invés de haver 2/3 de tripulantes
233 brasileiros em navios estrangeiros, haverá 100% de mão-de-obra brasileira em navios
234 brasileiros. Fornecidas essas informações, agradeceu a atenção do Conselho. O Sr. José
235 Renato saudou os colegas, o Conselho e o Sr. Secretário Ezequiel, e iniciou a sua fala
236 explicando o *Prominp*, programa lançado pelo Presidente Lula em 2003, e expôs: 1-
237 que, no setor de petróleo, durante os anos 70, foram feitos grandes investimentos em
238 refinarias no Brasil; 2- que nos anos 80, foi investido no off-shore, nas áreas de bens e
239 serviços, para tentar produzir os navios através da indústria nacional. Isso foi
240 conseguido com certo sucesso, com base no sistema de proteção. Mas, como houve
241 grande desenvolvimento no Exterior, o Brasil perdeu a sua capacidade de produzir; 3-
242 que, em 2003, com a retomada dos investimentos, a difícil questão que se colocava era a
243 seguinte: O que nós conseguimos produzir no Brasil, pela indústria nacional, de maneira
244 competitiva? Para todos, Governo, Indústria, Petrobrás, e operadores, ficou muito claro
245 que era importante fazer um movimento para resgatar a capacidade da indústria em
246 produzir esses bens e serviços no Brasil; 4- que, nesse contexto, foi lançado o Prominp,
247 cujo objetivo é maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em
248 bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de óleo e gás no Brasil e
249 no Exterior; 5- que a Petrobrás também vende para fora, atua em outros países, e atua no
250 mercado de indústrias globais. Passou a mirar o mercado internacional, até por conta de
251 haver eventualmente uma queda de demanda do mercado interno, e tinha que estar
252 competitiva o suficiente para brigar por outros mercados; 6- que a Petrobrás trabalha
253 com planos quinquenais, revisados a cada ano. Assim, o plano 2003/2007 previa um
254 investimento anual de 5,8 bilhões de dólares. Em 2006/2010, passou para quase 10
255 bilhões. Em 2007/2011 passou para 15 bilhões. Em 2008/2012, sem considerar o Pré-
256 Sal, está em 20 bilhões de dólares. De 2003 a 2008, a demanda do setor aumentou
257 quatro vezes, mesmo sem considerar o Pré-Sal; 7- que, até meados de 2008, já haviam
258 sido investidos pela Petrobrás mais de 10 bilhões de dólares, e a meta será ultrapassada;
259 8- que o Prominp tem uma estrutura de gestão, com um Comitê Diretivo coordenado
260 pelo Ministro de Minas e Energia, e composto pelo Diretor de Serviços da Petrobrás,
261 pelo Presidente do BNDES, pelo Presidente do IBP, o Instituto Brasileiro do Petróleo
262 que congrega outras operadoras, além da Petrobrás; e pelo Diretor Geral da ONIP-
263 Organização Nacional das Indústrias do Petróleo. Além dessa estrutura, participam do
264 Comitê Executivo todas as Associações de Indústrias: a CNI, as Indústrias de
265 Engenharia, as de Base, as de Máquinas e Equipamentos, as de Eletroeletrônicos, as de
266 Tubos e Conexões de Aço, e o Sindicato das Empresas de Construção Naval; 9- que o
267 Comitê Executivo trabalha com comitês setoriais de exploração e produção, de
268 transporte marítimo, de energia, de transporte hidroviário, de abastecimento,
269 envolvendo refino e petroquímica, e com três Comitês Temáticos: O primeiro, que trata
270 de temas gerais, é chamado de “*Indústria do Petróleo e Gás*”, abrangendo temas como
271 tributos, financiamentos e pessoal. O segundo é o do *Meio Ambiente*. Ele é Transversal.
272 O terceiro é o da Tecnologia, e está sendo implementado agora; 10- que o programa foi
273 estruturado a partir do desafio de maximizar o conteúdo local, e foi identificado que se
274 precisava trabalhar em alguns temas estratégicos: A capacitação tecnológica, a
275 capacitação industrial, a capacidade fabril instalada para produzir bens e serviços, a
276 qualificação profissional da mão-de-obra, e os instrumentos de política industrial: o
277 financiamento da indústria, a regulação do setor, a política tributária e o fomento de
278 pequenas e micro-empresas; 11- que é preciso buscar a sustentabilidade e a
279 competitividade da indústria, a saúde e a segurança do meio ambiente. Com base nesses

280 temas estratégicos, foram produzidos projetos que compõem a *Carteira de Projetos do*
281 *Prominp*. Não são projetos de investimentos. Em cada um desses comitês setoriais,
282 todos os atores participam do Programa; 12- Explicou que, no primeiro conjunto de
283 projetos, cada linha é uma plataforma, com início e término. Mostrou o exemplo da
284 Plataforma Jubarte, que é a Plataforma P 34, que produziu o primeiro petróleo do Pré-
285 Sal. O segundo conjunto apresenta o Plano de Negócios 2004/2008, com a revisão
286 2005/2009, já incluídos os novos projetos, e ajustados os cronogramas. Informou que a
287 carteira atual do GLP – Gás Liquefeito do Petróleo- é de 54 bilhões de dólares. E as
288 outras carteiras apresentadas no gráfico são: a de Abastecimento, a de Refino e
289 Petroquímica, esta com uma carteira de 31 bilhões de dólares, a de Gás, a de Energia, a
290 de Transporte Hidroviário e a de gasodutos; Finalmente, informou que estão sendo
291 executados os projetos de construção de navios de Recife e do Rio de Janeiro. Isso não
292 contempla nenhum dos barcos de apoio citados pelo Sr. Ricardo Albuquerque, que
293 serão incorporados na nova revisão do plano de negócios da Petrobrás, juntamente com
294 as novas sondas, no grande aumento da demanda. Destacou a metodologia utilizada:
295 partindo de um número, identificam-se claramente quando começa e quando termina
296 cada projeto. A decomposição seguinte é pegar cada projeto e ver quantas pessoas são
297 necessárias para executar. Na fase de montagem e operação do projeto, as várias
298 categorias profissionais são envolvidas em vários locais do País. Parte-se de uma
299 carteira de investimentos, com projetos claramente definidos no tempo. É feita a
300 decomposição, e identificados os custos necessários para o projeto de engenharia, para a
301 construção e montagem das estruturas, e para a aquisição de materiais e equipamento:
302 aço, dutos, bombas, válvulas e compressores. As indústrias envolvidas no programa
303 informam a capacidade instalada e a disponibilidade de pessoal para produzir esses bens
304 no Brasil. Assim, é possível identificar as lacunas ou os gargalos decisivos, e
305 implementar ações no tempo, para dispor dos recursos que precisa, no próprio Brasil.
306 Quais são os resultados apresentados até hoje: Capacitação de recursos humanos. Nessa
307 área, estão sendo realizados investimentos em 17 diferentes Estados do Brasil. Foi
308 identificada a necessidade de trabalhar na preparação de 175 categorias profissionais
309 diferentes, em articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério
310 da Educação, envolvendo 112.000 pessoas, assim distribuídas: 1- Na área de
311 Engenharia, são 42 categorias, envolvendo 6.000 pessoas de nível médio, técnico e
312 superior; 2- Na área da Construção Civil, são sete categorias básicas, envolvendo
313 25.000 pessoas; 3- Na área da montagem, são 98 categorias diferentes, envolvendo
314 85.000 pessoas de nível de escolaridade básico, médio, técnico e superior; 4- Na área da
315 manutenção das operações, são 31 categorias, envolvendo 7.000 pessoas. Não estão
316 incluídos os marítimos da Petrobrás. Informou que, quando esse quadro foi feito, era
317 para direcionar ações junto à estrutura de ensino profissional. São universidades, escolas
318 técnicas e o SENAI. O quadro seguinte sintetiza, nos vários Estados, os dados dos
319 cursos. São 960 cursos diferentes, com 6.400 turmas, para preparar 112.000 pessoas no
320 horizonte de três anos. Existe também uma linha de cerca de 9.000 pessoas não
321 definidas, associadas à demanda de algumas plataformas de navios que ainda não foram
322 contratados. Assim que forem contratados, podem ser alocadas pelos Estados onde
323 ocorrerá a construção. Assim, a linha do conjunto de plataformas não contratadas vai
324 diminuir, à medida que forem celebrados os contratos. Resultados: Hoje, existem cerca
325 de 22.000 pessoas sendo treinadas: 13.000 de nível básico, 5.700 de nível médio, 315
326 técnicos, 800 inspetores e cerca de 2.100 de nível superior. Assim: 1- quem tem curso
327 superior pode fazer um curso nas melhores Universidades do Brasil: na USP, de São
328 Paulo, na Unicamp de Campinas, na UFRJ do Rio de Janeiro, nas universidades
329 públicas federais de vários Estados, e na Fundação Getúlio Vargas. São cursos de

330 padrão MBA, de oito meses, bastante importantes e muito bem montados; 2- quem tem
331 nível médio faz o curso de nível técnico, aplicado e executado pelos CEFETs, em todos
332 os Estados do País; 3- quem tem nível básico, de maneira geral, faz o curso no SENAI.
333 Em São Paulo, também na Fundação Paula Souza; 4- os marítimos são capacitados nos
334 Centros de Formação da Marinha. Para evitar a migração interna e priorizar que a
335 demanda de cada região seja suprida por trabalhadores da própria região e treinados por
336 escolas da região, a saída foi fazer uma seleção pública nacional, no mesmo dia, em
337 todos os lugares. No primeiro ciclo, foram selecionadas 11.000 pessoas. No segundo,
338 24.000. O terceiro ciclo, que está sendo realizado, vai selecionar 23.000 pessoas. O
339 quarto ciclo, previsto para o final do ano, será de 42.000 pessoas. O quinto ciclo, no
340 próximo ano, será de 22.000 pessoas. Muitos recursos financeiros estão sendo aplicados
341 para esse programa que inclui, além do curso gratuito, ao aluno desempregado uma
342 bolsa de estudos ou de auxílio. Essa bolsa, para o nível básico é de R\$ 300,00; para o
343 nível médio é de R\$ 600,00; e para o nível superior é de R\$ 900,00. O volume de
344 recursos vinculados a esse programa, como ele está dimensionado aqui, é de 300
345 milhões, para 122.000 pessoas, em 17 Estados, em 34 cidades, em mais de 70
346 instituições de ensino. Ele destacou a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego
347 para a implantação do curso de construção civil. Basicamente o Prominp sinaliza a
348 demanda: qual é a especialidade, onde e quando vai demandar esse trabalhador. Assim,
349 o Ministério do Trabalho e Emprego, através da equipe do Sr. Ezequiel, contrata esses
350 cursos localmente, e a Petrobrás faz parceria com o Ministério, uma vez que os recursos
351 do FAT não podem pagar a bolsa. Está sendo fechado um instrumento legal, um *Acordo*
352 *de Cooperação*, para possibilitar que sejam pagas as bolsas aos que estão fazendo os
353 cursos. A qualificação profissional é o somatório de escolaridade com a experiência. No
354 eixo do tempo, todos os cursos começam com um determinado perfil de requisito inicial
355 de qualificação profissional e vão elevando o nível das pessoas. Mas há dificuldades:
356 No primeiro ciclo, mesmo com o curso gratuito, as bolsas de estudo e o emprego
357 praticamente assegurado, não foram preenchidas todas as vagas oferecidas, mas apenas
358 58% delas. Ao avaliar os motivos para tão baixo preenchimento de vagas, foi visto que,
359 na verdade, um dos grandes obstáculos era o baixo nível de formação inicial dos
360 candidatos. Ao conversar com o Governador e os prefeitos de Pernambuco, estes
361 informaram que a necessidade de um nível de formação básico impedia a participação
362 dos candidatos no curso, e que seria necessário reduzir esta exigência. Os
363 coordenadores do Cefet e do SENAI informaram que, se baixasse o nível, os alunos não
364 conseguiriam acompanhar o curso. Diante do impasse, decidiu-se por um trabalho
365 prévio de nivelamento, de qualificação, de formação anterior, fazendo conexões com
366 ações governamentais de educação regular, com estágios e com programas de inclusão
367 social para que, nas quotas técnicas possíveis, isso substituísse a experiência prática, e o
368 curso que pudesse ser aproveitado pelo mercado. Depois, será feito um trabalho,
369 juntamente com as empresas, no sentido de fazer um polimento final, um programa de
370 *trainee*, na absorção dessa mão-de-obra. Assim, foi retirado o pré-requisito da
371 experiência profissional do Edita, e substituído pelo “módulo de nivelamento prático”,
372 dentro do curso. O curso, que tinha de 250 a 300 horas, foi aumentado em mais 250
373 horas nas oficinas, para o aluno aprender o que é um motor ou uma bomba. O Estado
374 fará uma complementação, um reforço escolar. Na primeira vez que foi feita essa
375 abordagem, nos municípios do entorno de Suape, a primeira seleção seria de 2.500
376 pessoas, para o estaleiro e para a refinaria. As prefeituras e o Estado fizeram um
377 levantamento de 10.000 pessoas e dessas, selecionaram 5.000 para fazer as provas de
378 admissão. Dessas, foram selecionadas 2.500 pessoas, que estão fazendo os cursos com
379 todo o sucesso. São dezessete candidatos para cada vaga. Essa ação coordenada teve um

380 resultado extraordinário. As pessoas estão sendo preparadas, fazendo o curso, e serão
381 absorvidas pelo mercado de trabalho. Com esse novo critério, a qualificação para o
382 concurso a nível nacional passou a ser de seis candidatos por vaga. Isso se aplicou a
383 todo o Brasil, porque essa é uma realidade nacional; 11- Que há a perspectiva de usar o
384 cadastro do Programa Bolsa Família, do MDS, para oferecer os cursos para os usuários
385 do Bolsa Família, promovendo a inclusão social, em parceria com o MEC, articulado
386 com os Estados e Municípios, para a preparação escolar dessas pessoas. A indústria já
387 está demandante. Com as 16.800 vagas previstas no Plansec do Ministério do Trabalho
388 e Emprego, somadas às 26.000 da Petrobrás, chega-se as 42.800 vagas para o próximo
389 ciclo. A seleção será feita através do SINE, com a gestão do Ministério do Trabalho e
390 Emprego. Na Bahia, em São Roque, está sendo reativado o Estaleiro. São exemplos a
391 cidade de Itaboraí, com a Comperj, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, com o Pólo
392 de Construção Naval está sendo implementado. São regiões que têm grandes
393 empreendimentos, grande demanda e muita gente não preparada. O MDS vai definir por
394 interesse, faixa etária e escolaridade, o MEC vai treinar em acordos com os Estados e
395 Municípios, e a Petrobrás vai aplicar a prova, para que possa aproveitar essas pessoas
396 nos programas; Em relação à Marinha, foi feito um trabalho com a participação de
397 todos, que identificou a necessidade urgente de modernizar os seus dois Centros de
398 Instrução: o Ciaga no Rio de Janeiro e o Ciaba em Belém, em três rotas: 1- Os recursos
399 instrucionais, com a aquisição de vários tipos de simuladores das operações realizadas a
400 bordo, de laboratórios para várias especialidades e de salas de aula, com toda a
401 infraestrutura de ensino; 2- A adequação do Corpo Docente, com a contratação de
402 professores e o aumento das turmas; 3- A adequação dos alojamentos, das cozinhas e
403 dos refeitórios. A Marinha efetivamente precisa desse serviço. Ela está tendo
404 dificuldades, porque esses recursos estão sendo contingenciados. Para colocar essas
405 duas escolas em condições de atender a demanda, serão necessários 60 milhões de reais.
406 Para utilizar esses recursos, estão sendo trabalhadas duas rotas para a formação de
407 oficiais da Marinha Mercante. A primeira rota é a da solução emergencial, que é a
408 autorização da ANP para o aporte emergencial para os Centros de Instrução. A segunda
409 rota é um trabalho junto ao Governo, para o acesso integral ao *Fundo de*
410 *Desenvolvimento de Ensino do Profissional Marítimo*. A ANP tem que credenciar os
411 centros. A Petrobrás já declarou que concorda em fazer esse aporte. A ANP já fez as
412 vitórias em Belém e no Rio de Janeiro, e também concordou com a iniciativa. A curto
413 prazo, a Marinha vai refazer o detalhamento dos planos. Seria bom um auxílio do CNIg,
414 no sentido de fortalecer essa possibilidade. Mostrou, por fim, o “*Indicador de Conteúdo*
415 *Local*”, explicando que, para uma instalação que custa 100 milhões de dólares, se a
416 indústria nacional provê 63 milhões, o percentual é de 63% de nacionalização. Em
417 2003, o índice de nacionalização era de 57%, e hoje é de 75%. Isso significa a entrada
418 de cerca de 9,3 bilhões de dólares em encomendas adicionais no mercado, com a
419 conseqüente geração de 430 mil novos empregos. O *slogan* do Prominp é: “O que pode
420 ser feito no Brasil tem que ser feito no Brasil.” Na sequência, o Sr. Severino Almeida,
421 Presidente da *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres,*
422 *Marítimos e Aéreos*, e representantes do *Sindicato Nacional dos Oficiais de Marinha*
423 *Mercante*, observou que o Brasil tem motivos de comemoração. O setor está claramente
424 sinalizando a geração de postos de trabalho, e principalmente uma participação cada vez
425 maior da indústria nacional e de trabalhadores brasileiros. Destacou que está sendo
426 falado aqui da geração de milhares de empregos, que se oferecem ao trabalhador
427 brasileiro, na pior das hipóteses, de um marinheiro menos qualificado, uma
428 remuneração de cinco salários mínimos. Em média, o oficial mais qualificado, formado
429 e com poucos anos na atividade, terá salários próximos a R\$ 7.000,00, mais ou menos.

430 Em final de carreira, usualmente com mais de 40 anos, ele poderá alcançar
431 remunerações que ultrapassam R\$ 15.000,00. Em termos de Brasil, é bom destacar que
432 não se está apenas contribuindo para gerar empregos para os brasileiros, mas empregos,
433 de modo geral, de ótima qualificação, e de remuneração muito superior à média que os
434 trabalhadores brasileiros podem esperar. Destacou, também, que os 5.000 marítimos são
435 o nicho que a Resolução Normativa 72, que tem ajudado na ampliação do mercado de
436 trabalho para brasileiros. O *off-shore* é muito recente no nosso País, basicamente
437 realizado por estrangeiros. Os trabalhadores não têm vínculo direto com a Petrobrás,
438 exceto poucas dezenas. Esses empregos estão sendo ocupados hoje, por brasileiros. A
439 Marinha do Brasil tem sido de grande valia na composição desse quadro. Ela tem se
440 sensibilizado para a necessidade de investimentos na qualificação desses profissionais.
441 Mas revelou a sua preocupação com o entusiasmo excessivo no quadro exposto, porque
442 o Promef I, com 26 navios, já deveria ter navios lançados em outubro de 2007, pois o
443 Projeto começou em 2003. Para ele, construir navios e revigorar a indústria naval é um
444 problema complexo, que está sendo resolvido. Disse não acreditar que, antes do final de
445 2010, haja navios saindo dos estaleiros. Os nove navios cujo contrato de construção
446 ocorreu com o grupo Rio Naval não serão feitos, porque o grupo não conseguiu
447 estaleiros, e foi dissolvido. Disse acreditar que eles serão feitos pelos “ex-estaleiros
448 virtuais”, mas em um prazo maior. Além disso, dos 146 navios de apoio marítimo
449 anunciados pela Petrobrás, 60 são PSV, embarcações de transporte de mercadorias para
450 as plataformas, que empregam o máximo de 14 marinheiros e 4 oficiais. Os navios com
451 tripulação maior, da classe HTS, só serão construídos depois. Se a construção dos
452 navios começarem em 2011, eles só começarão a ser lançados em 2014, daqui a 8 anos.
453 A Marinha está planejando formar mais de 700 oficiais por ano. Se houver atrasos na
454 entrada dos navios em operação, estará sendo feito um esforço muito grande para gerar
455 “desempregados diplomados”. Se os oficiais forem formados todos agora, quando for a
456 hora de serem contratados, já terão se passado 10, 15 ou 20 anos, e a formação terá sido
457 perdida, porque eles precisarão voltar para se atualizarem. Encerrou a sua fala
458 agradecendo os esforços do Sr. José Renato e da equipe do Prominp, pelo trabalho feito
459 junto à ANP, para investir nos Centros de Formação da Marinha, o Ciaga e o Ciaba,
460 preparando o Brasil para o grande desafio do futuro. A seguir, o Senhor Presidente
461 Paulo Sergio passou a palavra para o Sr. Leopoldino de Paula Martins, diretor da
462 *Federação Única dos Petroleiros (FUP)*, que saudou a todos os presentes e reconheceu
463 a recuperação da Indústria Naval Brasileira, exaltando a decisão do Governo Lula de
464 que a construção dos navios tenha mão-de-obra e materiais brasileiros. Com o fim das
465 apresentações, o Presidente do CNIg abriu a palavra para debates. O Sr. Ezequiel
466 Nascimento (SPPE/MTE) destacou que no setor off-shore, hoje, há uma verdadeira
467 cidade em movimento, que deve ser preparada para o crescimento da exploração do
468 petróleo. Em breve vai se transformar em um verdadeiro estado em movimento. Será
469 preciso mudar a cultura já enraizada, com o acompanhamento e a criação de políticas
470 para esses trabalhadores, com a mudança de sistemas gestores das políticas do
471 Ministério do Trabalho. A Conselheira Marilena Moraes Barbosa Funari, representante
472 da CNF, aproveitando a presença do Dr. Ezequiel, lembrou que é generalizado o grande
473 desafio representado pelo crescimento do país: a mão-de-obra, pela baixa escolaridade,
474 exige uma elevação curricular para que as pessoas possam ser contratadas e treinadas
475 para vários segmentos, como a área de Tecnologia da Informação, que tem contratado
476 muitos serviços no Exterior. Assim, o desafio deixa de ser só da Imigração e passa a ser
477 também da área de emprego. O Sr. Ezequiel respondeu que o Governo está ciente dessa
478 realidade, que é resultado da maneira como a sociedade brasileira tratou a educação nos
479 últimos quarenta anos; que está colhendo o que não plantou, mas que já há

480 entendimentos com o MEC para resolver o problema. Como exemplo, citou a
481 construção civil, que tem um padrão de exigência de conhecimento acadêmico menor,
482 mas que falta gente qualificada, como em todos os setores no Brasil. No corte da cana
483 de açúcar, a profissão está acabando, sem que se saiba como preparar os cortadores para
484 outra profissão por causa da ausência total de escolaridade. Na área de tecnologia, a
485 maioria dos alunos não consegue estar apta para aprender. É preciso um aprendizado
486 para preparar esses alunos para aprenderem. Esse é um tipo de problema que levou
487 décadas para ser criado, e não será resolvido muito rapidamente, mas expressou que a
488 Petrobrás será um parceiro que vai fazer diferença. A Conselheira Lídia, do MCT, pediu
489 informações aos representantes da Petrobrás sobre como se faz a transferência de
490 conhecimentos na área da Engenharia Petrolífera, e como é feita a transferência do
491 conhecimento científico e tecnológico desenvolvida pela Petrobrás, para outros países.
492 O Sr. Ricardo Albuquerque declarou não ser a pessoa mais indicada para responder a
493 essa pergunta, porque não é de sua área cuidar das parcerias. Afrimou que com o
494 objetivo de dividir riscos e conhecimentos, na maior parte dos países, as empresas
495 entram diariamente em licitações de exploração e produção, por meio de consórcios.
496 Adquirem a área para explorar e são obrigadas a fazer um determinado investimento. De
497 cada cem perfurações que fazem para encontrar petróleo, em 80% delas não se acha
498 nada. Nos 20% que se acha, fica pago o que se perde. A Petrobrás tem tido sorte e
499 competência – porque tem entendido as bacias sedimentares de uma forma mais
500 profunda do que no passado. Então, hoje, se pegar o índice de acertos em poços que a
501 Petrobrás perfura, está na ordem de 64%, ou seja, mais de três vezes a média mundial. É
502 por isso que a Petrobrás cresce tão rapidamente. No ato da aquisição do bloco que está
503 sendo licitado, existe sempre um consorciado que entra com maior volume de recursos.
504 Esse consorciado é chamado de Operador. Nos sete blocos que foram licitados pela
505 ANP, a Petrobrás é operadora em seis, detendo 65% do que foi licitado. Em um bloco
506 apenas, o operador é a Esso do Brasil, e a Petrobrás tem participação menor, de 20%.
507 Cabe ao operador prover todos os serviços e todos os recursos para fazer a operação e a
508 produção do petróleo. Nos casos em que a Petrobrás é operadora, cabe a ela prover
509 todos os recursos. Evidentemente, esses gastos são discutidos no Comitê e combinados,
510 porque são divididos entre os sócios. No caso específico de uma concorrente que não
511 seja nacional, existe uma possibilidade de ela importar alguma mão-de-obra,
512 notadamente em áreas específicas onde o Brasil não possui como na área de estudos
513 sísmicos, com técnicos muito especializados em Engenharia de Petróleo. Alguns
514 parceiros podem trazer alguns executivos das suas matrizes, mas não na parte
515 operacional. Toda a parte operacional dos blocos em que a Petrobrás é a operadora é
516 feita pela Petrobrás. A Sra. Lídia perguntou se isso significa que, nessa área, o Brasil
517 não tem necessidade de trazer cientistas estrangeiros para desenvolver novas
518 tecnologias, porque a capacidade instalada é ótima. O Sr. Ricardo Albuquerque
519 respondeu que, eventualmente pode precisar trazer, mas em quase tudo a Petrobrás é
520 líder no mercado, e algumas empresas a procuram para obter tecnologia de ponta, em
521 áreas específicas de exploração, como em águas profundas. Existem vários profissionais
522 da Petrobrás trabalhando no Exterior, e alguns desses estão sendo chamados de volta ao
523 Brasil, para atender às necessidades do Pré-Sal. A falta de profissionais para tocar o
524 crescimento da Petrobrás ocorre em todas as áreas, como na de Engenharia, de
525 construção de módulos, de compressão, e não somente na parte marítima. Quanto aos
526 desafios tecnológicos futuros, existem muitos, mas o principal não vai ser o tecnológico,
527 e sim o financeiro, para desenvolver o Pré-Sal. É um investimento muito alto, se
528 comparado ao PIB brasileiro. O maior desafio é o recurso humano, que vai requerer o
529 engajamento da sociedade brasileira. Sozinha, a Petrobrás não vai conseguir formar as

530 pessoas na quantidade, no volume e no tempo necessários para tocar essa indústria. O
531 Conselheiro Vitor, da CUT, defendeu a participação da Federação Única dos Petroleiros
532 no CNIg. Informou que a FUP tem doze sindicatos em vários Estados, e tem muito a
533 contribuir. Reafirmou que, com 25 anos de trabalho na Petrobrás, não tem dúvida que
534 ela vai vencer o desafio, e que o Brasil está colhendo a herança de um Governo que
535 freou a Petrobrás na segunda metade dos anos 90, e tolheu a sua capacidade de
536 desenvolver o País. Lembrou que, em 92, foi convocado pela Petrobrás para integrar a
537 conversão de um flotel em plataforma, que hoje é a Petrobrás-8, e que levou três anos
538 para ser concluída, porque o estaleiro não tinha capacidade ou experiência para fazer a
539 conversão. Para ele, aquilo pode ter sido um exemplo para “vender” a necessidade de se
540 fazerem embarcações fora do país – fruto do problema que os estaleiros já enfrentavam,
541 de financiamento. A Petrobrás e a Transpetro vieram fazer a apresentação para o CNIg,
542 porque aqui está representada toda a sociedade brasileira. Não tem dúvida de que o
543 Governo e os empresários, a partir dessa apresentação, passam a entender que essa é
544 uma integração que o Brasil precisa. Integração da indústria, do setor financeiro, e de
545 todos os outros apresentados hoje, para aplicar a imensidão de recursos que advirão.
546 Reafirmou a sua certeza de que o CNIg, quando for desafiado, vai ter competência para,
547 representando a sociedade brasileira, fazer o seu papel de contribuir para o
548 desenvolvimento do País, gerando empregos para os brasileiros, sabendo entender a
549 necessidade de, às vezes, ter que vir um estrangeiro, para trazer tecnologia, respeitando
550 que as indústrias tenham um modelo e tenham direito de trazer profissionais da sua
551 matriz, mas não abrindo mão de direcionar o máximo de recursos para o
552 desenvolvimento do Brasil, da sociedade e dos brasileiros. O Conselheiro Rinaldo
553 Almeida informou a sua condição de auditor fiscal, e disse: 1- que existe na SIT, a
554 *Inspeção Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário*, com sede no Rio de Janeiro; 2-
555 que o Ministério do Trabalho e Emprego tem procurado levar essas discussões para os
556 auditores fiscais que estão indo às embarcações, ou para os municípios onde essa
557 atividade do petróleo tenha uma importância maior; 3- que, por ocasião do lançamento
558 da Resolução, foi realizado, por sugestão do Conselho Nacional de Imigração, um
559 evento em Macaé, para esclarecimento das normas. Desde então, a SIT vem
560 acompanhando de perto a implementação dessa Norma, que faz dois anos em outubro.
561 As embarcações tecnologicamente avançadas, as plataformas e similares, passaram a ter
562 obrigação de ter, entre seus tripulantes, dois terços de brasileiros, e estão cumprindo
563 essa meta, apesar de alguns poucos problemas localizados. No caso dos navios gaseiros,
564 está havendo uma negociação com os representantes dos trabalhadores, no sentido de se
565 prorrogar os prazos de cumprimento. As embarcações avançadas, como as lançadoras
566 de linhas, passam a partir do mês de outubro, a ter dois terços de brasileiros nas
567 tripulações. O Conselheiro Raimundo Nonato lembrou a dificuldade que foi a
568 modificação da Resolução, para atender todos os setores. Hoje expressou o seu prazer
569 em deixar registrado que toda a luta, naquela época, não foi em vão, mas trouxe
570 benefícios para o setor. A fiscalização está comprovando isso. A Conselheira Maria
571 Auriana expressou o seu imenso orgulho ao ouvir todas essas explicações, como cidadã
572 brasileira e, ao mesmo tempo, pela responsabilidade que cabe ao seu Ministério, o
573 MEC. Salientou que, no passado, o problema mais grave era o acesso à Educação
574 Básica. Hoje, 97% das crianças brasileiras são atendidas pelo Sistema Educacional
575 Brasileiro. Atualmente, o desafio maior é a qualidade da Educação. Foi pensando nisto
576 que o Presidente Lula, junto com o ministro Fernando Haddad, lançou recentemente, o
577 *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Antigamente, o Ministério da Educação vivia
578 uma falsa disputa, onde se discutia se o dinheiro deveria ser aplicado na Educação
579 Básica, na Educação Média ou na Educação Superior. Hoje, não há essa discussão,

580 porque entendeu-se, dentro da visão sistêmica, que é importante para o crescimento e
581 desenvolvimento do Brasil que ele possa desenvolver todos os níveis da Educação. Ao
582 mesmo tempo, disse perceber a importância das parcerias e lembrou que o sistema
583 educacional brasileiro é descentralizado, cabendo aos municípios a responsabilidade
584 pela Educação Básica, ao Estado a Educação Média, e ao Governo Federal a Educação
585 Superior. Todo o sistema é coordenado nacionalmente pelo Ministério da Educação. A
586 parceria com os municípios é muito boa. No recente *Plano de Desenvolvimento da*
587 *Educação*, uma das suas atividades foi criar o *Índice de Desenvolvimento da Educação*
588 *Básica, o IDEB*. O principal objetivo desse índice é avaliar o nível da qualidade da
589 educação básica. Ela afirmou acreditar que os seus filhos e os filhos dos seus filhos vão
590 herdar um país – na área da Educação – bem melhor do que o de hoje. Na Educação
591 Tecnológica, o programa do Ministério da Educação é para duplicar ou triplicar os
592 centros tecnológicos. Na Educação Superior, tem havido grandes investimentos em
593 Graduação em Engenharia, porque se o Brasil crescer mais um ou dois pontos, não
594 haverá engenheiros para suprir o mercado. O presidente Paulo Sérgio Almeida
595 agradeceu as pessoas que fizeram as apresentações, que transmitiram um quadro muito
596 claro do setor do petróleo. Entendeu que todos ficaram muito impressionados com os
597 números que foram apresentados, com a capacidade de desenvolvimento, de
598 investimento e de geração de empregos que o setor apresenta, sem contar as notícias
599 referentes ao Pré-Sal. De acordo com as apresentações, certamente vai aumentar o
600 volume de investimentos que serão feitos. É um setor em que o Conselho tem tido uma
601 atuação muito grande, acompanhando a necessidade da vinda de mão-de-obra
602 estrangeira, mas estimulando a contratação de mão-de-obra brasileira. Destacou a
603 Resolução Normativa 72, que ao completar dois anos, tendo levado um tempo longo
604 para ser construída, revelou-se uma resolução aplicável e funcional, a qual se credita
605 boa parte dos empregos criados. Elas contêm mecanismos de flexibilização, de extensão
606 dos prazos de cumprimento e dos percentuais de contratação de brasileiros em caso de
607 problemas. O alvo do Prominp é trabalhar com uma indústria com o máximo possível
608 de nacionalização e, no caso da mão-de-obra, com o máximo possível de trabalhadores
609 brasileiros. Considerou os números apresentados pelo Prominp bem significativos e que
610 demonstram, com o crescimento do setor e do número de embarcações e de plataformas
611 contratadas, a necessidade de formação de mão-de-obra. É um desafio imenso, mas os
612 passos para que ele seja equacionado já foram dados pelo Prominp e pelo Ministério do
613 Trabalho e Emprego. O Conselho Nacional de Imigração tem acompanhado o
614 movimento, não só do setor do petróleo, mas de outras demandas de mão-de-obra
615 estrangeira no país. Destacou que uma das grandes vantagens do CNIg é que ele pode
616 adaptar as normas a um novo contexto, a exemplo da própria Resolução Normativa 72,
617 que foi totalmente revista. A Conselheira Marjolaine destacou a correspondência da
618 Abremar, solicitando revisão na Resolução Normativa 71. Resolveu-se incluir o tópico
619 em *assuntos diversos*, na agenda. **5. Seminário “Diálogo Tripartite sobre Políticas**
620 **Públicas de Imigração para o Trabalho”**. O presidente Paulo Sérgio consultou se
621 todos haviam recebido o documento final, contendo as propostas e recomendações sobre
622 a construção de políticas, diretrizes e ações, especificadamente em relação às migrações
623 para o trabalho. Destacou que vários conselheiros e conselheiras estiveram presentes,
624 juntamente com a comunidade acadêmica, que está sempre estudando o tema das
625 migrações. Estavam também presentes os representantes das centrais sindicais, das
626 confederações de empregadores, das entidades que apóiam os migrantes, dos Centros de
627 Apoio, dos Institutos, das Pastorais, e pessoas que atuam nas áreas internacionais desses
628 órgãos, que trouxeram aportes importantes. Esteve presente o Diretor do Departamento
629 de Imigrações da OIT, Dr. Ibrahim Awad. Foi uma discussão dentro da Agenda

630 Nacional do Trabalho Decente, que tem metas específicas em relação às migrações.
631 Foram divididas as discussões em quatro Grupos de Trabalho: um grupo sobre normas,
632 legislação e normatização, um grupo sobre a questão da base de dados de
633 conhecimentos, estudos e estatísticas; um terceiro grupo, sobre a inserção no mercado
634 laboral, desafios e alternativas; e um quarto grupo, que tratou da proteção da
635 trabalhadora e do trabalhador migrante. O Plenário, no final, acolheu uma série de
636 recomendações e proposições desses Grupos de Trabalho, que agora constituem esse
637 documento, básico para a construção de políticas públicas voltadas à migração para o
638 trabalho. O documento será publicado, tendo em anexo algumas Convenções da OIT,
639 Convenções das Nações Unidas e outros. O CNIg, por força da legislação que o criou e
640 rege o seu funcionamento, deve tomar por base esse documento, para trabalhar na
641 construção de um documento que explicita qual é a política de imigração desse País. Ele
642 tem trabalhado em Resoluções, modernizando todo o seu arcabouço legislativo. Tem
643 trabalhado em novas fronteiras, como a questão do Grupo de Trabalho que trata sobre as
644 medidas adotadas em relação a estrangeiros submetidos a trabalhos escravos no Brasil, e
645 em relação aos brasileiros no Exterior, propondo uma mudança de competência do
646 Conselho, para que possa se transformar em *Conselho Nacional da Migração*. Assim, é
647 importante haver um documento que explicita as políticas do CNIg, e que possa ser
648 apresentado nos congressos, seminários e debates internos, contendo as normas e as
649 políticas praticadas. O documento final explicita essas políticas, para que se possam ter
650 planos de ação para a implementação de uma série de medidas necessárias. Ele trata
651 fundamentalmente de algumas, como a adoção de uma nova *Lei de Migração*, pois esse
652 é o termo mais adequado; e não um novo *Estatuto do Estrangeiro*, já que esse termo
653 traz uma pecha de que o estrangeiro tem uma condição diferenciada, de alguém que
654 merece ser tratado de uma forma separada dos brasileiros. A necessidade de termos
655 informações quantitativas e qualificativas mais precisas, por meio de um sistema que
656 pudesse trazer essas informações que estão, muitas vezes, dispersas por vários órgãos de
657 governo, e que nós pudéssemos, com eles, ter uma base sólida de conhecimentos para
658 elaboração dessas políticas. O acesso dos imigrantes às políticas públicas existentes, em
659 igualdade de condições com os brasileiros, como o acesso ao mercado de trabalho, aos
660 Sistemas Públicos de Saúde, de Educação e de Seguridade Social. É também necessária
661 a ratificação de Convenções Internacionais, como a 143 da OIT, que já foi encaminhada
662 pelo Ministério do Trabalho e Emprego, cuja parte II trata da igualdade de
663 oportunidades e de tratamento entre os trabalhadores imigrantes e os nacionais; e a
664 “Convenção Internacional para Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores
665 Migrantes e Membros de Suas Famílias”. O avanço do debate que já vem ocorrendo em
666 outro Grupo de Trabalho que trata dos estrangeiros que possam estar sujeitos a trabalho
667 escravo, como a adoção de uma regra de migração laboral diferenciada para os países
668 Sul-Americanos; já que essas pessoas são as que compõem, hoje, a maioria dos
669 estrangeiros indocumentados em nosso País e é necessário que haja um tratamento
670 migratório específico, facilitado, diferenciado, com menos restrições, para que essas
671 pessoas possam ingressar no mercado formal de trabalho do nosso País e com isso não
672 estarem sujeitas a serem exploradas, e muitas vezes submetidas a condições análogas à
673 escravidão. O Presidente, por fim, recomendou que todos lessem o documento. Propôs,
674 assim, a constituição de um Grupo de Trabalho para construir um documento que reflita
675 a política migratória do Brasil. Esse documento seria submetido ao Ministro de Estado
676 ou ao próprio Presidente da República. A Conselheira Marjolaine informou a sua
677 satisfação em haver participado do referido Seminário, na qualidade de coordenadora da
678 área de *normas*, do tema *Normas e Legislação*. Para ela, os Conselheiros precisam, às
679 vezes, se despir das funções que exercem fora do Conselho, e pensar nas pessoas, na

680 atividade produtiva como geradora de emprego, e na migração como interessante para o
681 País, e não só para as empresas privadas. Entendeu-se, nesse Seminário, que a
682 imigração é promotora de desenvolvimento, e não inibidora, como atualmente é vista na
683 União Européia. Expressou o seu desejo de fazer parte do Grupo de Trabalho. A Sra.
684 Christina Aires apoiou as posições da Sra. Majorlaine e também expressou a
685 necessidade de uma discussão maior em relação à questão empresarial e de
686 desenvolvimento econômico. Recomendou a criação do Grupo de Trabalho para discutir
687 uma política mais ampla, que possa refletir melhor sobre investimentos estrangeiros e
688 desenvolvimento, que são questões de grande importância. Alertou que essas diretrizes
689 devem ser gerais, sem descer a detalhes, para não engessar o Conselho. Expressou,
690 também, que deseja fazer parte do Grupo de Trabalho e organizar um Seminário sobre
691 as áreas de investimentos e produção. O presidente Paulo Sérgio destacou a presença do
692 Sr. Orlando Fantazzini, observador do IMDH, substituindo Rosita Milesi, que está no
693 Equador. A seguir, passou a palavra ao Sr. Eduardo Rios Neto, observador da Comissão
694 Nacional de População e Desenvolvimento junto ao CNIg. O Sr. Eduardo informou que
695 que há um planejamento para a construção da base de dados proposta no Documento
696 final do Seminário, por meio de um recurso pequeno do Fundo de População das Nações
697 Unidas, fazer uma atividade em continuidade àquele Seminário. Informou que uma das
698 atividades da CNPD é participar de Conselhos estratégicos, como o CNIg, para fins de
699 consolidação das ações na área de migração internacional, entre outras, como a *Agenda*
700 *Nacional Populacional*, que está tratando da escassez de residências. Disse que gostaria
701 também de fazer parte do Grupo de Trabalho proposto. Revelou ser especialista em
702 demografia e em mercado de trabalho. Disse que, se o Brasil não adotar uma postura
703 xenofóbica, terá, em curto prazo, dada a inelasticidade de oferta, por necessidade de
704 resposta educacional, o *man Power*, que é uma estratégia de aproveitamento de mão-de-
705 obra. Se a taxa de crescimento do Brasil for maior de que a dos países vizinhos, é
706 natural que o mercado de trabalho qualificado fique ativo para os estrangeiros do
707 MERCOSUL, correndo o risco de brechar o crescimento econômico brasileiro. Em sua
708 opinião, o BNDES pode aportar recursos do FAT, ajudando a Petrobrás nessa missão. O
709 Conselho pode avaliar as reais limitações de oferta de mão-de-obra qualificada no
710 Brasil, pois a falta dela é o mesmo que faltar estradas. Não adianta ter as perspectivas,
711 ter o investimento, se não tiver o fator de produção, no caso, a mão-de-obra qualificada,
712 como está ocorrendo na área de Engenharia. É preciso analisar com serenidade se é
713 possível substituir um nacional, que tem as suas prioridades, por um estrangeiro, sem
714 comprometer o potencial de crescimento do Brasil. O Sr. Orlando Fontazzini saudou o
715 Conselho, e agradeceu ao presidente Paulo Sérgio pela possibilidade de participar do
716 Seminário Tripartite, por entender que esse Seminário foi um marco no processo de
717 debate dos parâmetros e diretrizes da imigração, mas também avançando na questão das
718 migrações. Em sua visão, o Brasil vai desempenhar um papel de protagonista nesse
719 debate já que, em 2010, será eleito o Parlamento do MERCOSUL, e o Brasil tem que
720 estar preparado para ter diretrizes de políticas públicas, no sentido de estimular e
721 incentivar as migrações. Se é preciso debater a perspectiva humana das migrações, é
722 preciso também ver a questão das migrações como forma de desenvolvimento
723 econômico. Esse Grupo de Trabalho poderia dar uma grande contribuição, nesse
724 aprofundamento e, se for possível, o IMDH quer participar, dando a sua colaboração, de
725 uma ótica que não é tanto a ótica do setor empresarial, mas do setor dos trabalhadores e
726 do ser humano. Informou que o *Comitê das Entidades da Comissão dos Direitos*
727 *Humanos*, que mantém um relacionamento estreito com o Ministério das Relações
728 Exteriores, já está se articulando para fazer um debate pela aprovação de algumas
729 convenções da OIT. Disse que a iniciativa adotada pelo CNIg está provocando outras

730 reações, que podem convergir. É preciso que o Brasil adote algumas ações em relação
731 ao Estatuto das Migrações, ou será complicado para ele mesmo exigir a contrapartida de
732 outros países que, hoje, têm problemas com a migração brasileira. Acelerar o processo
733 de tratamento diferenciado, de políticas claras, na questão das migrações, para que se
734 tenha autoridade moral e política para exigir dos países a reciprocidade. O Brasil vai
735 cumprir um papel fantástico e fundamental na comunidade internacional, de
736 desenvolvimento rápido, até pelas novas descobertas de lençóis petrolíferos. O orador
737 declarou ser defensor da cidadania universal, e não acreditar em fronteiras e barreiras e
738 reconheceu que precisa haver uma *cidadania sul-americana*, também como estímulo
739 para os outros continentes. A Sra. Riane Freitas Paz Falcão (MJ) saudou o Conselho, e
740 informou estar representando o Dr. Tuma e o Dr. Luciano, conselheiros titular e
741 suplente do Ministério da Justiça, que se encontram em viagem internacional, a serviço.
742 Pediu para registrar o interesse do Ministério da Justiça em participar do Grupo de
743 Trabalho, por vivenciar o problema das correntes migratórias no âmbito do
744 MERCOSUL. Levantou uma questão de a questão da migração também está precisa no
745 âmbito do Ministério da Justiça, que o CNIg também contempla nas suas atribuições,
746 neste sentido registrou a importância da iniciativa e o interesse em participar do Grupo
747 de Trabalho. Após os debates, foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho para
748 “analisar o documento final apresentado pelo *Seminário de Diálogo Tripartite sobre*
749 *Políticas Públicas de Imigração para o Trabalho*, com o objetivo de construir um
750 documento que concentre as políticas de imigração para trabalho e proteção do
751 trabalhador migrante”, composta dos seguintes Conselheiros: 01- Sr. Paulo Sérgio de
752 Almeida (Presidente do CNIg/MTE) e coordenador do GT; 02- Sra. Marjolaine
753 Bernadete Julliard Tavares do Canto (CNC); 03- Sra. Christina Aires Corrêa Lima
754 (CNI); 04- Sra. Riane Freitas Paz Falcão (MJ); 05- Sr. Orlando Fontazzini, (IMDH); 06
755 - Sra. Mitzi Gurgel Valente Costa (MRE); 07- Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho (CUT); 08-
756 Sr. Elias Ferreira (Força Sindical); 09- Sr. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
757 (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento). **6. Relatório do Grupo de**
758 **Trabalho sobre a Resolução Normativa Nº59/04, sobre estrangeiros tripulantes de**
759 **embarcação de pesca.** A Sra. Christina Aires relatou que houve duas reuniões
760 consecutivas das quais participaram a Secretaria de Pesca, representantes do setor e
761 representantes de sindicatos; acrescentou que a Secretaria de Pesca apresentou a política
762 para a pesca: *o Brasil precisa alcançar as cotas de pesca, de outra forma perderia as*
763 *atuais cotas para outros países enviarem seus barcos para pescar em nossas águas.*
764 Disse que o setor trouxe pontos específicos da Resolução que acha estar entretendo,
765 burocratizando indevidamente, propondo adequar as regras para os barcos de pesca às
766 dos navios de turismo e à Resolução Normativa n. 72. Relatou ainda que o GT deliberou
767 por fazer uma visita a barcos de pesca estrangeiros para conhecer a realidade e que uma
768 das empresas pesqueiras informou que, em setembro, haverá barcos de pesca aportados
769 em Natal/RN, sendo um bom mês para os conselheiros fazerem uma visita, porque
770 depois esses barcos vão passar três meses no mar.. O Sr. Elias Ferreira informou que a
771 Força Sindical tem interesse na discussão, porque vai gerar muitos empregos para
772 trabalhadores da pesca e é oportuna a necessidade da reserva de dois terços de
773 trabalhadores brasileiros. **7. Relatório do GT referente à possível alteração da**
774 **Resolução 60.** O presidente Paulo Sérgio comunicou que o Grupo de Trabalho da
775 Resolução 60, coordenado pelo Ministério da Justiça, não se reuniu, porque o
776 Conselheiro Luciano teve problemas de agenda, postergando a apresentação do relatório
777 para a próxima reunião. **8. Relatório do GT para análise da situação de estrangeiros**
778 **que possam estar submetidos a condições análogas a de Trabalho Escravo.** O
779 presidente Paulo Sérgio informou que esse Grupo de Trabalho também não se reuniu,

780 porque não houve quorum, mas os seus integrantes estão estudando a possibilidade de
781 uma resolução específica para os migrantes sul-americanos. O Plenário aprovou esse
782 encaminhamento, devendo ser desenvolvida uma proposta de resolução, a ser
783 apresentada na próxima reunião do Grupo de Trabalho. **9. Apresentação do Relatório**
784 **do Grupo de Trabalho referente à possível alteração na Resolução 65/2005.** A
785 Conselheira Lídia Miranda, representante do MCT, apresentou o relatório. Informou
786 que a reunião do Grupo de Trabalho, semana passada, havia sido muito proveitosa, com
787 a participação de vários conselheiros. O texto apresentado como minuta preliminar
788 sofreu diversas modificações, especialmente para a sua correta aplicação pelos
789 Consulados, de forma a não haver dúvidas na aplicação desta Resolução, já que o texto
790 atual não é muito claro. Mesmo assim, agora pela manhã, após conversar com a ministra
791 Mitzi, do MRE, relatou que percebeu a necessidade de outra adequação, amadurecendo
792 mais a proposta em relação ao artigo que trata das hipóteses em que é dispensável a
793 autorização pelo MCT da realização de pesquisa por estrangeiros, além de outras
794 questões. A Conselheira passou a apresentar somente os pontos a serem alterados na
795 citada resolução: O primeiro ponto a ser reformulado é a *Concessão de visto a cientista,*
796 *professor, pesquisador ou profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para*
797 *participar de conferências, seminários, congressos ou reuniões - Art.1º, §1º, por*
798 *deslocamento do art. 4º.* A Conselheira Sra. Lídia explicou que a redação proposta
799 contempla duas diferentes hipóteses: vinda do estrangeiro mediante remuneração,
800 enquadrada no Art. 1º; Inciso I; e sem remuneração, enquadrada no §1º do mesmo
801 artigo que, na atual resolução é o artigo 4º. A Conselheira Lídia introduziu uma
802 sugestão de adequação que não havia sido debatida no Grupo de Trabalho, sobre os
803 Arts. 2º e 3º, com vistas a retornar ao controle do MCT a chamadas situações de ingresso
804 de estrangeiros hoje dispensadas de autorização desse Ministério. O motivo dessa
805 adequação foi um alerta da Conselheira Ministra Mitzi Gurgel sobre a fragilidade no
806 ingresso de estrangeiros para fins de pesquisa no Brasil. Por essa visão, os incisos II e
807 III do §2º do artigo 2º da Resolução Normativa 65 e que estão de acordo com a Portaria
808 específica do próprio MCT, possibilita que órgãos integrantes do Governo Brasileiro
809 ultrapassem sua competência e tomem atitudes à margem dos mecanismos de controle
810 estabelecidos para atividades que, em principio, são da alçada ministerial. No entender
811 de alguns Conselheiros, isso pode se constituir em uma janela aberta para a biopirataria.
812 O Conselheiro Maurício do Val opinou que o combate à biopirataria está no âmbito da
813 Polícia Federal. A Conselheira Lídia reiterou que o MCT deveria ter o controle dessas
814 autorizações, embora hoje uma portaria desse mesmo Ministério dispensa essas
815 autorizações. O Sr. Orlando Fontazinni expressou a preocupação de que a mudança na
816 Resolução Normativa pudesse enterrar os projetos de pesquisa em um corredor
817 burocrático, inviabilizando-os pela lentidão própria das autorizações. O Conselheiro
818 Roque Laraia, da SBPC, indagou se a mudança abrangeria todas as áreas de pesquisa. A
819 Conselheira Lídia expôs, em detalhes, os trâmites dessas autorizações entre o CNPq e o
820 MCT, e afirmou que a lentidão não se dá durante essa etapa, mas é inevitável que ocorra
821 na fase de obtenção das anuências junto ao setor requerido – na Funai, para pesquisa em
822 área indígena, na Saúde, ou em outro qualquer que envolva material biológico ou
823 patrimônio genético. Deixou claro que a modificação não entra nas demais áreas do
824 Conhecimento, nem implica no visto de trabalho para pesquisador estrangeiro, que
825 obedece a outro regulamento, o do contrato de trabalho. Insistiu que, sendo advogada,
826 tinha visão bastante clara da importância, da urgência e da pertinência de se retirar,
827 imediatamente, as duas exceções contidas na Resolução Normativa 65. O presidente
828 Paulo Sérgio definiu o seguinte encaminhamento: *Da mesma forma como, no passado,*
829 *os incisos foram colocados para adequar a Resolução Normativa 65 à Portaria do*

830 *MCT, eles poderiam ser retirados, assim que o MCT expedisse nova Portaria nesse*
831 *sentido, e não o contrário, como estava sendo proposto, sob pena do CNIg adentrar nas*
832 *competências do MCT. Houve várias manifestações no sentido de retornar ao Grupo de*
833 *Trabalho para amadurecer o entendimento de todos sobre o assunto e assim foi*
834 *aprovado. 10.Assuntos Diversos. A) Projeto “Casa do Trabalhador Brasileiro”:* Dentro
835 deste projeto, foram realizadas diversas atividades por este Conselho. Estivemos
836 visitando os brasileiros em Boston/EUA, em fevereiro deste ano. Depois fizemos
837 atividades no Paraguai e na Espanha que culminaram com a inauguração da primeira
838 “Casa” que é a Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu, onde quase todos e todas puderam
839 estar presentes. Essa “Casa” vem funcionando perfeitamente, conforme o primeiro
840 relatório que recebi, que é do mês de julho, foram feitos mais de duzentos e cinquenta
841 atendimentos. Majoritariamente, foram atendimentos a brasileiros que residem no
842 Paraguai ou seus filhos e paraguaios que estavam em Foz do Iguaçu. O Ministério do
843 Trabalho e Emprego também tem um Grupo de Trabalho em funcionamento para o
844 desenvolvimento da arquitetura das “Casas do Trabalhador Brasileiro” no exterior. Em
845 paralelo, conforme programado desde o início deste ano, o Cnig deve seguir realizando
846 atividades voltadas ao conhecimento realidade dos brasileiros que vivem no exterior. O
847 Presidente informou que o CNIg deve realizar uma visita às comunidades de brasileiros
848 que vivem no Japão idéia, que somam cerca de 320 mil trabalhadores e trabalhadoras. O
849 planejamento prevê uma missão para o conhecimento dessas comunidades, mapear a
850 rede de instituições e entidades que atuam junto a essas comunidades e preparar o
851 terreno para implantação de uma Casa do Trabalhador Brasileiro nesse país. A proposta
852 é a realização dessa missão na primeira semana de novembro. O Presidnete informou
853 que estava efetuando os contatos junto à comunidade brasileira no Japão, ao Governo do
854 Japão e ao Ministério das Relações Exteriores. Informou que até a próxima reunião do
855 CNIg já deverá ter encaminhado os convites aos conselheiros e conselheiras para que
856 possam integrar a delegação. **B) Ofício do MDIC propondo debate no CNIg do**
857 **requerimento da Associação dos Empresários Chineses do Brasil e Brasileiros na**
858 **China (AECB-BC) sobre porposta da vinda de grande número de chineses para**
859 **empreendimentos comerciais no Brasil.** O Conselheiro Mauricio do Val informou
860 que o tema foi trazido a debate no CNIg para que as representações de Governo,
861 trabalhadores, empregadores e sociedade civil pudessem opinar. O Presidente informou
862 que na proposta apresentada pela AECB-BC, cada cidadão chinês investiria cerca de
863 US\$ 20 mil; seriam mil sócios em cada projeto. A previsão que fazem é de gerar mais
864 de dez mil empregos diretos e indiretos. Informam que já há outros centros como esses
865 estabelecidos na Europa e nos Estados Unidos. O visto seria extensivo à famílias desses
866 estrangeiros. Os investimentos seriam feitos em terminais “rodoshopping” nos
867 municípios de Duque de Caxias e São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. Não há um
868 detalhamento sobre que tipo de comércio seria estabelecido nesses terminais. Há
869 menção de que seria um tipo de centro de distribuição, dando a entender que haveria
870 importação de produtos chineses e a comercialização nesses terminais rodoviários. É um
871 assunto novo, é a primeira vez que o Ministério recebe um pleito como esse, não
872 havendo segurança de decidir sem a oitiva do Conselho. O Conselheiro Maurício do Val
873 demonstrou preocupação de que o acolhimento do pleito possa causar algum tipo de
874 impacto no Brasil que não seja positivo. Ou seja, de alguma forma, pode provocar um
875 efeito contrário aos que se estabelecem no desenvolvimento de uma política industrial; e
876 levando em consideração que tivemos, recentemente, algumas dificuldades nas relações
877 de comércio com a China com mecanismos de restrição ao comércio de alguns produtos
878 chineses, pelo dano que vem causando a alguns setores da indústria brasileira.
879 Prevaleceu no debate certa inconsistência da própria discussão, por se tratar de mera

880 sondagem, e por ferir, de pronto, o escopo da Resolução a que se refere, haja vista que a
881 mesma destina-se ao pequeno investidor estrangeiro, pessoa física, individualmente,
882 com investimento a partir de US\$ 50 mil cada, com um plano de trabalho e outros pré-
883 requisitos, e não para milhares de famílias com US\$ 20 mil cada. No ensejo, o
884 Conselheiro Maurício do Val pleiteou a revisão da Resolução Normativa 60, por
885 permitir um viés hipotético, através do qual os investidores poderiam conseguir o visto
886 na forma pretendida, desde que apresentassem os requerimentos individualmente,
887 orquestrados por algum empreendedor – distribuidor internacional de mercadoria – ou,
888 no caso, por essa Associação de Empresários. Foram relatados expedientes em que
889 alguns estrangeiros estariam se aproveitando das brechas da Resolução Normativa 60 do
890 CNIg: 1- adquirindo imóveis residenciais para mudar sua destinação original,
891 transformando-os em pontos de hospedagem para outros estrangeiros; 2- saturar o
892 mercado de confecções, brinquedos, lanchonetes, CDs, eletrônicos, produtos de
893 pequeno varejo e em alguns casos havendo indícios de comercialização de produtos
894 pirateados ou contrabandeados. Quanto ao mercado de trabalho, demonstraram as
895 seguintes preocupações: 1- de que os investimentos desses estrangeiros não gerariam
896 emprego, mas ocupariam somente os próprios estrangeiros e seus familiares; e 2- de que
897 estariam contratando brasileiros, mas sem formalidade. Quanto aos “entendimentos”
898 alegados com as prefeituras das duas cidades “beneficiadas”, alertaram que teria que ser
899 observada a *Lei de Licitações* em relação à concessão de serviços públicos. O
900 Conselheiro Maurício do Val apresentou três propostas: 1- que sempre sejam trazidos
901 para o Conselho todos os assuntos novos, para apreciação de todos; 2- que se proceda a
902 uma profunda revisão da Resolução Normativa 60; 3- que sejam trazidos a debate
903 somente requerimentos formais, com todos os pré-requisitos, e não uma mera
904 “manifestação de intenção” como foi esse “requerimento”. Também foi mencionada,
905 como pré-requisito, uma avaliação de impacto sobre as economias locais, como o EIV –
906 Estudo de Impacto sobre a Vizinhança, e sobre os serviços que demandam, para analisar
907 se compensa incentivar uma imigração desse porte. A Conselheira Marjolaine
908 manifestou dúvida de que esse investimento beneficiaria o setor empresarial do
909 comércio e concordou com o argumento de que é hora de mexer na Resolução
910 Normativa 60. O Conselheiro Vitor Carvalho concordou que se deva ter atenção
911 redobrada com essas propostas, porque o Conselho, por si só, não pode prever o
912 impacto em todas as suas dimensões. Lembrou que a Resolução Normativa 60 foi criada
913 para permitir a vinda de estrangeiros, individualmente, mas a proposta apresentada tem
914 outro caráter. O presidente Paulo Sérgio observou que o país já recebeu propostas desse
915 nível, no passado. Algumas vezes, o idealizador desse tipo de projeto lança a idéia, mas
916 ainda não tem os milhares de imigrantes que planeja trazer. Ainda vai investir muito em
917 propaganda, recrutamento e gastos administrativos para sua concretização, e que busca
918 saber se o projeto tem chance segura de ser autorizado. O Sr. Rinaldo Gonçalves captou
919 que iniciativas desse tipo não são muito bem-vindas entre os conselheiros, e sugeriu
920 responder ao pedido com uma indicação clara e direta de que não há respaldo na atual
921 legislação, em vez de pedir que façam um Projeto. O Sr. Maurício do Val explicou mais
922 uma vez seu ponto de vista de que não defendia a elaboração de um projeto, apenas
923 deixava claro que o CNIg não trabalha com intenções, e sim com requerimentos
924 consolidados, em todos os requisitos, e que a Resolução Normativa 60 não abriga esse
925 tipo de empreendimento. O presidente Paulo Sérgio formulou o seguinte
926 encaminhamento: *O pleito, do jeito como foi formulado, não merece ser acolhido, por*
927 *conta de ser genérico, e de não especificar claramente a atividade econômica a ser*
928 *desenvolvida, não detalhar o produto a ser comercializado, e não ter ficado claro o*
929 *efeito positivo para a economia brasileira. A competência para analisar este tipo de*

930 *empreendimento é do CNIg.* **C) Solicitação feita pelo Instituto Brasileiro do Petróleo,**
931 **de alterações pontuais no Art. 8º. da Resolução Normativa 74 e na Resolução**
932 **Normativa 72, no sentido de abrir exceções à aplicação do Art. 8º. da Resolução**
933 **Normativa 74.** O Sr. Presidente apresentou o pleito do Instituto Brasileiro do Petróleo
934 no sentido de adequar esses dois artigos, já que, muitas vezes, o estrangeiro vem para
935 atuar no setor do petróleo por dois anos, sem contrato; e, no meio da operação, a
936 empresa resolve trazê-lo para trabalhar em terra. Já houve alguns casos analisados pelo
937 plenário. O IBP propõe que, assim como existe exceção para a RN 61, que haja uma
938 exceção para a RN 72 para essas mudanças de atividade do mar para a terra. A pergunta
939 que se faz é se por conta de uma quantidade de casos tão pequena valeria a pena
940 promover uma alteração em uma Resolução. Além disso, o IBP propõe que se
941 interpretasse o art. 7º da RN 72 no sentido da possibilidade de sucessivas prorrogações
942 no prazo de estada dos estrangeiros autorizados a trabalhar no país pela RN 72. A
943 representante do Ministério da Justiça, Sra. Riane Paz Falcão, indicou que o Art. 7º. da
944 Resolução Normativa 72 parece permitir sucessivas prorrogações do prazo de estada do
945 estrangeiro e assumiu o compromisso de debater o tema no âmbito do seu Ministério,
946 trazendo uma posição para a próxima reunião do CNIg. O Sr. Presidente se pronunciou
947 no sentido de oficiar ao Ministério da Justiça, buscando esse esclarecimento. Além
948 disso, solicitou à Secretaria do CNIg que estudasse a preparação de uma proposta de
949 redação para a próxima reunião, estabelecendo uma nova exceção à aplicação da regra
950 do Art. 8º. da Resolução Normativa 74. A Sra. Lidia levantou questão idêntica, no
951 âmbito do seu Ministério, em relação à RN 65, ao tratar da prorrogação de visto para
952 pesquisador estrangeiro, e o Sr. Presidente encaminhou a questão para ser tratada no
953 Grupo de Trabalho correspondente, coordenado pela própria Conselheira Lídia. **D)**
954 **Alteração da Resolução Normativa 71, a pedido da ABREMAR,** no sentido de um
955 tratamento específico e mais facilitado na obtenção de visto para estrangeiros a bordo de
956 navios de turismo que permaneçam nas águas jurisdicionais brasileiras por prazo
957 inferior a trinta dias. Conforme proposto pela Conselheira Marjolaine Canto, o plenário
958 aprovou e o Presidente decidiu pela abertura de um Grupo de Trabalho para analisar o
959 pleito apresentado, com a seguinte composição: 1- Conselheiro Rinaldo Almeida
960 (MTE), Coordenador; 2- Conselheira Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto
961 (CNC); 3- Conselheira Mitzi Gurgel Valente Costa (MRE); 4- Sra. Riane Freitas Paz
962 Falcão (MJ); 5- Conselheiro Vitor Luiz Silva Carvalho (CUT); 6- Conselheiro Elias
963 Ferreira (Força Sindical). O Sr. Presidente Paulo Sérgio mencionou preocupação com os
964 grupos de trabalho já abertos: 1- GT da Resolução Normativa 60, referente a investidor
965 estrangeiro; 2- GT da Resolução Normativa 69, referente à pesca; 3- GT do trabalho
966 escravo; 4- GT Imigração e Saúde, que está sem atividade há vários meses; 5 – GT para
967 alteração da RN 65; 6- GT Política de Imigração; e 7- GT da Resolução Normativa 71,
968 referente aos navios de turismo, que acabou de se abrir. Ele propôs como metodologia
969 fazer as reuniões dos Grupos de Trabalho entre as reuniões ordinárias do Conselho, e
970 fazer a reunião do Conselho em dois dias, para acomodar a discussão no primeiro dia,
971 maior, de todos esses Grupos de Trabalho. **11. Relato dos Processos: 01) Processo. Nº**
972 **08260.003237/2006-97. Luiz Guillermo Gutierrez Mejia.** O Conselheiro relator,
973 Rinaldo Almeida (MTE), manifestou-se pelo INDEFERIMENTO e a decisão foi
974 acatada pelos demais conselheiros. **02) Processo Nº46000.019496/2008-51 Eul Lim**
975 **Lee.** O Conselheiro relator, Rinaldo Almeida (MTE), manifestou-se pelo
976 DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **03) Processo.**
977 **Nº08460.026386/2006-78. David Normand.** O Conselheiro relator, Rinaldo Almeida
978 (MTE), manifestou-se pelo DEFERIMENTO, e a decisão foi acatada pelos demais
979 conselheiros. **04) Processo. Nº46204.000951/2006-97. Diego Pasi** e família. O

980 Conselheiro relator, Rinaldo Almeida (MTE), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a
981 decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **05) Processo. Nº08711.001121/2008-20.**
982 **Alessandro Granatelli.** A Representante do MJ, Riane Freitas Paz Falcão (MJ),
983 manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros.
984 **06) Processo. Nº08514.003964/2007-14. Antônio José Fernandes Pires.** A
985 Representante do MJ, Riane Freitas Paz Falcão (MJ), manifestou-se pelo
986 DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **07) Processo.**
987 **Nº46000.020685/2008-77. Giovana Chalco Misaico.** A Representante do MJ, Riane
988 Freitas Paz Falcão (MJ), manifestou-se pelo DEFERIMENTO, e a decisão foi acatada
989 pelos demais conselheiros. **08) Processo. Nº46000.017544/2008-77. Maria Elvira**
990 **Antunes do Rego.** O Conselheiro relator, Ralph Peter Andersen (MRE), manifestou-se
991 pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **09) Processo.**
992 **Nº08460.027420/2007-11. Robin Fred Laffon.** O Conselheiro relator, Ralph Peter
993 Andersen (MRE), manifestou-se pelo DEFERIMENTO, e a decisão foi acatada pelos
994 demais conselheiros. **10) Processo. Nº46000.008145/2008-15. Willem de Keijzer.** O
995 processo foi retirado de pauta para melhor análise. **11) Processo.**
996 **Nº46000.014539/2008-11. Cristian Ditler Wohlert e dependente.** O Conselheiro
997 relator, Ralph Peter Andersen (MRE), manifestou-se pelo DEFERIMENTO
998 CONDICIONADO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **12) Processo.**
999 **Nº46000.021412/2008-40. Jennifer Neumann.** O Conselheiro relator, Raimundo
1000 Nonato de Araújo Costa (MAPA), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi
1001 acatada pelos demais conselheiros. **13) Processo. Nº46000.017005/2008-38. Rafayel**
1002 **Ghazaryan.** O Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA),
1003 manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros.
1004 **14) Processo. Nº08711.000588/2006-91. Efísio Carline.** Não foi relatado. **15)**
1005 **Processo. Nº46000.016180/2008-16. Enid Coromoto Stewart Charmelo.** Não foi
1006 relatado. **16) Processo. Nº08420.008364/2006-01. Luciano de Bona** A Conselheira
1007 relatora, Jane Alcanfor de Pinho (MDIC), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a
1008 decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **17) Processo. Nº08460.02601/2006-25.**
1009 **James Alexander Gray.** A Conselheira relatora, Jane Alcanfor de Pinho (MDIC),
1010 manifestou-se pelo INDEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais
1011 conselheiros. **18) Processo. Nº46000.018599/2008-02. Diane Hall.** A Conselheira
1012 relatora, Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e
1013 a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **19) Processo. Nº08711.000868/2005-**
1014 **18. Dario Bellotto.** A Conselheira relatora, Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT),
1015 manifestou-se pelo INDEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais
1016 conselheiros. **20) Processo. Nº46000.011703/2008-20. Maurice Matchoro.** A
1017 Conselheira relatora, Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT), manifestou-se pelo
1018 DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **21) Processo.**
1019 **Nº46000.010983/2008-59. Cláudia Regina Alves Caçapo.** O Conselheiro relator,
1020 Osório Vilela Filho (MTUR), optou por manter em exigência para complementar a
1021 documentação; a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **22) Processo.**
1022 **Nº08711.001257/2006-78. Attilio Marcello.** O Conselheiro relator, Osório Vilela Filho
1023 (MTUR), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais
1024 conselheiros. **23) Processo. Nº08460.000460/2008-98. Benoit Jean Michel Marie Le**
1025 **Guenec.** O Conselheiro relator, Vitor Luiz Silva Carvalho (CUT), manifestou-se pelo
1026 DEFERIMENTO, e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **24) Processo.**
1027 **Nº46000.023411/2007-59. Nguyen Thi Cuc.** O Conselheiro relator, Vitor Luiz Silva
1028 Carvalho (CUT), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos
1029 demais conselheiros. **25) Processo. Nº46000.011343/2008-66. Zeva Singer.** Não foi

1030 relatado. **26) Processo. Nº46094.000036/2008-58. Lizandro Javier Mellado Bernuy.**
1031 Não foi relatado. **27) Processo. Nº46000.006251/2007-83. Georgi Iordanov.** Não foi
1032 relatado. **28) Processo. Nº08711.000726/2007-12. Salvatore Schepis.** O Conselheiro
1033 relator, Elias Ferreira (Força Sindical), manifestou-se pelo DEFERIMENTO
1034 CONDICIONADO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **29) Processo.**
1035 **Nº46000.029644/2007-65. Sandy Carolina Cartaya Alvarez.** O Conselheiro relator,
1036 Elias Ferreira (Força Sindical), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi
1037 acatada pelos demais conselheiros. **30) Processo. Nº46000.002037/2008-39. Raquel**
1038 **Vaz Soares.** Não foi relatado. **31) Processo. Nº46000.013105/2008-95. Virgílio José**
1039 **Ferreira.** Não foi relatado. **32) Processo. Nº46000.002932/2008-53. Carlos Alberto**
1040 **Marques da Silva.** O presidente Paulo Sérgio Almeida manifestou-se por manter o
1041 processo em exigência, e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **33) Processo.**
1042 **Nº46000.020678/2008-75. Maray Calvi Montada e dependente .** O presidente Paulo
1043 Sérgio Almeida manifestou-se pelo DEFERIMENTO CONDICIONADO e a decisão
1044 foi acatada pelos demais conselheiros. **34) Processo. Nº46000.019894/2008-78.**
1045 **Kirsten Heather Silke.** O Conselheiro relator, Miguel Salaberry (SDS), manifestou-se
1046 pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **35) Processo.**
1047 **Nº46000.013656/2008-59. Nuno Miguel Pereira Rebelo.** A Conselheira relatora,
1048 Christina Aires Corrêa Lima (CNI), manifestou-se pelo INDEFERIMENTO e a decisão
1049 foi acatada pelos demais conselheiros. **36) Processo. Nº08390.000874/2007-15. Josef**
1050 **Heimes.** A Conselheira relatora, Christina Aires Corrêa Lima (CNI), manifestou-se pelo
1051 DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **37) Processo.**
1052 **Nº46880.000016/2008-11. Cristiano Oscar Dauermheimer.** A Conselheira relatora,
1053 Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto (CNC), manifestou-se pelo
1054 DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **38) Processo.**
1055 **Nº46000.016419/2008-40. Manuel Ferreira Alves.** A Conselheira relatora, Marjolaine
1056 Bernadete Julliard Tavares do Canto (CNC), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a
1057 decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **39) Processo. Nº46000.013106/2008-30.**
1058 **Lorena Raquel Perez Arreola.** A Conselheira relatora, Marjolaine Bernadete Julliard
1059 Tavares do Canto (CNC), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada
1060 pelos demais conselheiros. **40) Processo. Nº46000.018511/2008-44. Liliana Rampi.** A
1061 Conselheira Suplente, Lívia Lemes de Alarcão (CNA), manifestou-se pelo
1062 DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **41) Processo.**
1063 **Nº08460.016212/2007-88. John Abiodun Ogunleye.** A Conselheira Suplente, Lívia
1064 Lemes de Alarcão (CNA), manifestou-se pelo INDEFERIMENTO e a decisão foi
1065 acatada pelos demais conselheiros. **42) Processo. Nº08460.013051/2007-71. Jean Paul**
1066 **Bacole Bianquinch.** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), manifestou-se
1067 pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **43) Processo.**
1068 **Nº08385.031390/2008-75. Eric Ford Travis.** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini
1069 (CNT), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais
1070 conselheiros. **44) Processo. Nº08495.000093/2008-25. Alain Vidal.** O presidente Paulo
1071 Sérgio Almeida optou por manter o processo sobrestado para diligência. **45) Processo.**
1072 **Nº46000.015167/2007-51. Helder Seteco Marcelino Malenga.** A Conselheira relatora,
1073 Adriana Giuntini (CNT), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada
1074 pelos demais conselheiros. **46) Processo. Nº46000.002845/2008-04. Xiao Yan Tang.**
1075 Retirado de pauta. **47) Processo. Nº46000.019892/2008-89. Aléxis Michele Von**
1076 **Zielinski.** A Conselheira relatora, Marilena Barbosa Funari, da CNF, manifestou-se
1077 pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **48) Processo.**
1078 **Nº46000.018053/2008-43. Rhiannon Lowri Williams.** A Conselheira relatora,
1079 Marilena Barbosa Funari (CNF), manifestou-se pelo INDEFERIMENTO e a decisão foi

1080 acatada pelos demais conselheiros. **49) Processo. Nº46000.014828/2008-10. Quentin**
1081 **Jack Davis e dependentes.** O Conselheiro relator, Roque dos Santos Laraia, da SBPC,
1082 manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros.
1083 **50) Processo. Nº08364.002336/2006-93.** Anne Germaine M. Hartmann e dependente. O
1084 Conselheiro relator, Roque dos Santos Laraia (SBPC), manifestou-se pelo
1085 DEFERIMENTO e a decisão foi acatada pelos demais conselheiros. **51) Processo.**
1086 **Nº46000.004848/2008-74.** Joaquim Ignácio Jimenes Larrain. O Conselheiro relator,
1087 Roque dos Santos Laraia (SBPC), manifestou-se pelo DEFERIMENTO e a decisão foi
1088 acatada pelos demais conselheiros. Os seguintes processos foram indeferidos ad-
1089 referendum por não-cumprimento das exigências no prazo: **01) Processo.**
1090 **Nº46000.014661/2005-36. 02) Processo. Nº46880.000019/2008-54. 03) Processo.**
1091 **Nº46000.000881/2008-25. 04) Processo. Nº08420.006270/2007-70. 05) Processo.**
1092 **Nº08495.003714/2007-61. 06) Processo. Nº08506.008025/2007-57. 07) Processo.**
1093 **Nº08711.000558/2007-65. 08) Processo. Nº08240.008122/2007-16. 09) Processo.**
1094 **Nº08495.003714/2006-61. 10) Processo. Nº46000.001895/2008-66. 11) Processo.**
1095 **Nº46880.000017/2008-65. 12) Processo. Nº46880.000024/2008-67. 13) Processo.**
1096 **Nº46000.004659/2008-00. 14) Processo. Nº08241.000190/2006-38. 15) Processo.**
1097 **Nº46219.012265/2008-61. 16) Processo. Nº46000.001385/2008-99. 17) Processo.**
1098 **Nº46094.000018/2008-76. 18) Processo. Nº08458.000621/2007-10. 19) Processo.**
1099 **Nº08495.002548/2005-02. 20) Processo. Nº46000.010106/2008-88. 21) Processo.**
1100 **Nº08000.015644/2003-65. 22) Processo. Nº08505.002799/2000-19. 23) Processo.**
1101 **Nº08505.035393/2003-53. 24) Processo. Nº08390.003670/2004-85. 25) Processo.**
1102 **Nº46219.012264/2008-17. 26) Processo. Nº08485.000081/2007-39. 27) Processo.**
1103 **Nº08335.013294/2007-44. 28) Processo. Nº08501.000177/2008-32. 29) Processo.**
1104 **Nº46000.008428/2008-67. 30) Processo. Nº08505.007941/2001-94. 31) Processo.**
1105 **Nº08270005270/2002-17. 32) Processo. Nº08000.013290/2003-14. 33) Processo.**
1106 **Nº08490.008739/2003-58. 34) Processo. Nº46094.000021/2008-90. 35) Processo.**
1107 **Nº46205.007038/2008-73. 36) Processo. Nº46000.013380/2008-17. 37) Processo.**
1108 **Nº46000.011743/2008-71. 38) Processo. Nº38000.006059/2008-78. 39) Processo.**
1109 **Nº46000.006060/2008-01. 40) Processo. Nº46000.008091/2008-98. 41) Processo.**
1110 **Nº08390.003068/2007-91. 42) Processo. Nº46000.016502/2008-19. 43) Processo.**
1111 **Nº46000.004189/2008-76. 44) Processo. Nº46000.016311/2008-57. 45) Processo.**
1112 **Nº46000.005298/2008-19. 46) Processo. Nº46000.012177/2008-15; 47) Processo.**
1113 **Nº46000.014239/2008-79. 48) Processo. Nº46000.013157/2008-61. 49) Processo.**
1114 **Nº46000.012368/2008-87.** Processos deferidos ad referendum por cumprimento do Art.
1115 2º da RN 77: **01) Processo. Nº46000.014354/2008-06. Ignace M. A. P. Wietz; 02)**
1116 **Processo. Nº47758.000143/2008-98. Antônio José Oliveira Castilho; 03) Processo.**
1117 **Nº47758.000160/2008-25; 04) Processo. Nº46000.019609/2008. Philippe Albert**
1118 **Vermet; 05) Processo. Nº46000.017157/2008-31. Gilberto Manigrassi; 06) Processo.**
1119 **Nº46000.008979/2008-21. Theodore Leslie Johnson; 07) Processo.**
1120 **Nº46211.006513/2008-13. Franco Villa.. 12. Encerramento.** Não havendo mais
1121 assuntos a tratar, o presidente do CNIg, Paulo Sérgio Almeida agradeceu a participação
1122 e o empenho de todos e deu por encerrada a reunião.